

#### LEI - Nº 1021/2021

"Dispõe sobre a Política Municipal do Turismo, Cria o Conselho Municipal de Turismo, o Fundo Municipal de Turismo e o regulamenta e dá outras providências."

# CAPÍTULOI Das disposições Preliminares

- Art. 1°. Esta lei estabelece normas sobre a Política Municipal de Turismo, define as atribuições do Município no planejamento, desenvolvimento e fomento ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos.
- Art. 2°. Para fins de cumprimento do estabelecido na política municipal de turismo de Serranos devem ser observados os seguintes conceitos:
- I Turismo: atividade econômica representada pelo conjunto de transações efetuadas entre os agentes econômicos do turismo e os órgãos públicos para o fomento à atividade turística. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo;
- II Oferta Turística: conjunto de atrativos, equipamentos, bens e serviços de alojamento, alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social, ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar um público visitante, num determinado local, durante um período determinado de tempo.
- III Demanda Turística: número total de pessoas que viajam (demanda efetiva ou real), ou gostariam de viajar (demanda potencial), utilizando instalações ou serviços turísticos em lugares afastados de seus locais de residência e trabalho;
- IV Produto Turístico: atrativos, infraestrutura e serviços urbanos, equipamentos e serviços turísticos, acrescidos de facilidades, contando com uma gestão integrada, ofertados no mercado de forma organizada, por um determinado preço e caracterizados por uma imagem diferenciada;
- V Segmentação Turística: forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado, sendo que os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade de oferta e também das características e variáveis da demanda;
- VI Cadeia Produtiva do Turismo: conjunto de elos, inerentes à atividade turística, que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo, distribuição e comercialização.



Art. 3°. Caberá ao Setor de Cultura, Patrimônio histórico e artístico implementar a Política Municipal de Turismo, planejar, fomentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar o turismo em âmbito municipal.

## CAPÍTULO II

## Da Política, do Plano e do Sistema Municipal de Turismo SEÇÃO I

Da Política Municipal de Turismo

Art. 4°. A Política Municipal de Turismo é a estabelecida nesta lei, seguindo as diretrizes, metas e programas definidos pela Lei Geral do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e seu Plano Nacional, bem como pelo Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais e sua política Estadual formulada pelos órgãos governamentais – SECULT Secretaria de Estado da Cultura e turismo.

Parágrafo Único - A Política Municipal de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização e do desenvolvimento econômico e social justo e sustentável e regionalização.

### Art. 5°. A Política Municipal de Turismo tem por objetivos:

- I democratizar o acesso da população local e dos visitantes aos pontos turísticos do Município, envolvendo as instâncias públicas, privadas e a sociedade civil organizada, contribuindo para a elevação do bem-estar geral;
- II promover a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda, reduzindo as disparidades sociais;
- III apoiar o desenvolvimento do produto turístico, por meio da mobilização e sensibilização da comunidade;
- IV buscar e ampliar o fluxo turístico, a permanência e o gasto médio dos visitantes no Município de Serranos;
- V estimular a criação e a consolidação de produtos turísticos como destino indutor, com vistas a atrair turistas regionais, nacionais e internacionais, buscando beneficiar o Município, especialmente, no desenvolvimento econômico e social;
- VI promover a integração dos setores público e privado como agente complementar de financiamento de infraestrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento turístico, estimulando novos empreendimentos e negócios para o turismo;
- VII propiciar a competitividade do setor por meio da melhoria da qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços, da busca da originalidade, da inovação e do aumento da produtividade dos agentes públicos e empreendedores turísticos privados;



VIII - promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo;

IX - apoiar, de acordo com políticas públicas existentes, empreendimentos destinados a atividades de expressão cultural, animação turística, entretenimento e lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos visitantes no Município, sejam eles de lazer ou de negócios;

X - apoiar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto, compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

XI - preservar a identidade e as tradições culturais das comunidades locais relacionadas com a atividade turística;

XII – apoia a preservação do patrimônio cultural de Serranos conforme artigo 216 da
 Constituição Federal e Legislações correlatas;

XIII - prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza moral, sexual, religiosa, racial e outras que afetem a dignidade humana, respeitando-se as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos;

XVI - garantir a elaboração do inventário do patrimônio turístico municipal, plano municipal de turismo e a sua permanente atualização.

# SEÇÃO II Do Plano Municipal de Turismo

- Art. 6°. O Plano Municipal de Turismo será elaborado pelo Setor de Cultura, Patrimônio Histórico e Artístico do Município e pelo Conselho Municipal de Turismo COMTUR, com o objetivo de ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Município e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo, ouvidos os segmentos públicos e privados interessados, com o intuito de promover:
- I a boa imagem do produto turístico do Município perante o mercado regional, nacional e internacional;
- II a permanência do visitante no Município;
- III a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse público;
- IV a mitigação dos passivos socioambientais provocados pela atividade turística;
- V o estímulo ao turismo responsável praticado em áreas naturais, protegidas ou não;



VI - a orientação às ações do setor privado para planejar e executar suas atividades;

VII - a informação da sociedade e do cidadão sobre a importância econômica e social do turismo.

Parágrafo Único - O Plano Municipal de Turismo terá suas metas e programas revistos a cada 04 (quatro) anos, em consonância com o Plano Plurianual, ou quando necessário, observado o interesse público.

### CAPÍTULO III

Da Coordenação e da Integração de decisões e ações no Plano Municipal SEÇÃO I

Das Ações, dos Planos e dos Programas

Art. 7º. O Poder Público Municipal promoverá o desenvolvimento uniforme da atividade turística mediante programas e projetos consoantes com a Política Municipal de Turismo e demais políticas pertinentes, mantendo a devida conformidade com as metas fixadas no Plano Municipal de Turismo.

## SEÇÃO II

Do Suporte Financeiro às Atividades turísticas

- Art. 8°. O suporte orçamentário e financeiro ao setor turístico será viabilizado por meio dos seguintes mecanismos operacionais de canalização de recursos:
- I Lei Orçamentária Anual LOA, por meio dos recursos consignados nos diversos programas de trabalho do setor turístico;
- II Dotações orçamentárias consignadas no Fundo Municipal de Turismo.
- III Recursos de emendas parlamentares, Portaria, Decretos, Resoluções, Contratos,
  Convênios e doações particulares ao Fundo Municipal de Turismo FUMTUR;

## CAPÍTULO IV Do Fundo Municipal de Turismo

Art. 9°. Fica instituído o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, de natureza contábil, com autonomia administrativa e financeira, vinculado ao Setor de Cultura, Patrimônio Histórico e Artístico do município, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pela entidade municipal como de interesse turístico.



Parágrafo Único - Os planos, projetos, ações e empreendimentos de que trata o caput deste artigo deverão estar abrangidos pelos objetivos da Política Municipal de Turismo, bem como ser consoantes com as metas traçadas no plano municipal.

#### Art. 10. O FUMTUR destina-se a:

- I fomento das atividades relacionadas ao turismo no Município, visando criar alternativas de geração de emprego, melhoria de renda e qualidade de vida da população de Serranos;
- II melhoria da infraestrutura turística municipal;
- III incentivo à divulgação, material de difusão e promoção do Município e de seus produtos turísticos por mídias sociais, regionais, televisivas, rádios, jornalísticas, impressos entre outras formas de divulgação;
- IV treinamento e capacitação de profissionais vinculados ao turismo;
- V atração, captação e promoção de eventos de interesse turístico para o Município, sendo tais eventos de natureza empresarial, artística, esportiva, social e outros concernentes à demanda de negócios, cultura e lazer;
- VI manutenção e criação de novos serviços de apoio ao turismo no Município;
- VII programa de Regionalização do Turismo Mineiro;
- VIII Assessoria e Consultoria para o fomento do turismo local;
- IX Sinalização Turística;
- X Melhoria de acesso e estradas:
- IX Outras demandas esclarecidas em legislação complementar.
- Art. 11. Constituem recursos do FUMTUR:
- I recursos orçamentários e créditos adicionais destinados pelo Município;
- II contribuições, transferências de pessoa física ou jurídica, instituição pública ou privada, subvenções, repasses e donativos em bens ou espécies;
- III recursos oriundos de convênios, contratos ou acordos firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- IV patrocínio e apoio de pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, destinados a promoções, eventos, campanhas publicitárias e projetos especiais no âmbito do turismo;
- V demais receitas decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

- VI disponibilidades monetárias em depósitos bancários ou em caixa, oriundas de receitas especificadas;
- VII direitos que vierem a se constituir;
- VIII bens móveis e imóveis adquiridos ou provenientes de doação, destinados à execução das ações e serviços turísticos de abrangência municipal;
- VIV participação na renda ou arrecadamento de espaços públicos para eventos;
- X ICMS Turístico;
- XI outras, de qualquer natureza.
- § 1º Compete ao setor de Cultura, Patrimônio Histórico e Artístico, a gestão, movimentação e aplicação dos recursos do FUMTUR.
- § 2º O COMTUR poderá sugerir ações prioritárias para atendimento com recursos do FUMTUR.
- § 3° O inventário dos bens e direitos vinculados ao FUMTUR, que pertençam ao Município, será processado anualmente.
- Art. 12. Os recursos do FUMTUR serão aplicados em:
- I programas de promoção, proteção e recuperação turística;
- II financiamento de estudos e pesquisas voltados para o desenvolvimento turístico municipal;
- III programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos dos serviços de apoio ao turismo;
- IV programas de divulgação turística municipal em âmbito local, estadual, nacional e internacional;
- V contratação de mídias, anúncios e confecção de material de folheteria e distribuição para a rede da cadeia produtiva e de prestação de serviços de apoio ao turismo no Município;
- VI custeio de eventos do Calendário Oficial de Festas e Eventos do Município de Serranos.
- Art. 13 O saldo não utilizado pelo FUMTUR será transferido para o próximo exercício, a seu crédito.

CAPÍTULO V Do Conselho Municipal de Turismo



Art. 14. Fica instituído o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, criado com o objetivo de implementar a Política Municipal de Turismo, vinculado ao Setor de Cultura, Patrimônio Histórico e Artístico, como órgão deliberativo e de assessoramento, elegendo a promoção e o incentivo turístico como fator de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental, nos termos do artigo 180 da Constituição Federal: " *Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.*"

## Art. 15. Ao Conselho Municipal de Turismo compete:

- I formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo e aprovar o plano municipal de turismo;
- II propor deliberações, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;
- III opinar sobre Projetos de Leis que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- IV apoiar o desenvolvimento de programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas ao Município;
- V estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infraestrutura adequada à implantação do turismo;
- VI estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do Município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;
- VII programar e executar conjuntamente com os responsáveis municipais pelo turismo e a população debates sobre temas de interesse turístico;
- VIII apoiar o cadastro do inventário de informações turísticas de interesse do Município;
- IX promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;
- X apoiar, em nome do Município, a realização de congressos, seminários e convenções de interesse para o implemento turístico;
- XI propor convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de proceder intercâmbios de interesse turístico;
- XII propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas;



- XIII examinar e emitir parecer sobre as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;
- XIV opinar sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros do orçamento turístico;
- XV preservar, atualizar, fiscalizar e salvaguardar atrativos turísticos do município;
- XVI elaborar o seu Regimento Interno;
- XVIV Deliberar sobre o uso de recursos o repasse e a destinação dos recursos de competência do FUMTUR.
- Art. 16. O Conselho Municipal de Turismo será composto por 04 (quatro) membros titulares representantes da Administração Municipal e 04 (quatro) titulares representantes da sociedade civis municipais voltadas ao segmento do turismo.
- § 1°. Todos os Conselheiros Titulares do COMTUR terão suplentes que deverão pertencer ao mesmo órgão público ou sociedade civil.
- § 2°. Os conselheiros terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzido até 02 (duas) vezes.
- § 3º Os representantes do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito e terão mandatos coincidentes com o mandato do Governo Municipal.
- § 4º Os integrantes do COMTUR serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo através de Decreto.
- § 5º Não há remuneração pelo exercício da função de conselheiro, considerado serviço público relevante.
- Art. 17. O COMTUR fica assim organizado:
- I -Plenário:
- I -Diretoria;
- II -Comissões.
- § 1º A Diretoria do COMTUR será constituída por um Presidente, um Vice- Presidente e um Secretário.
- § 2° O Presidente será eleito entre seus conselheiros para mandato de dois anos, não permitida à recondução, havendo alternância entre o Poder Público e a sociedade civil.
- § 3° O Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos entre os seus Conselheiros para mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma vez consecutiva.



- § 4° O detalhamento da organização do COMTUR será objeto do respectivo Regimento Interno, elaborado e aprovado pelos seus conselheiros.
- § 5° Poderão, ainda, ser criadas comissões internas no âmbito do Conselho, para análise e discussão de questões transitórias diversas ou sobre áreas específicas, devendo sua criação, composição e funcionamento serem disciplinadas em assembleia e registradas na ata da reunião do dia.
- Art. 18. O Conselho Municipal de Turismo reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses, e, extraordinariamente, conforme a necessidade e conveniência, nos moldes do disposto em seu regimento interno.

Parágrafo único – Todas as reuniões ordinárias e extraordinárias serão realizadas no "Centro de Lazer Cultural Célia Vilela Pereira", localizado na Rua Guimarães Rosa nº 78, centro."

- Art. 19. As deliberações, atos e indicações do Conselho Municipal de Turismo serão consignadas em ata e arquivadas em meio físico ou digital.
- Art. 20. Os Conselheiros que faltarem a três reuniões consecutivas ou a cinco reuniões alternadas, sem justificativa, serão substituídos.

#### CAPÍTULO VI

## Das Disposições Finais

- Art. 21. As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento municipal, que poderão ser suplementadas.
- Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MANDO, portanto a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que cumpram e façam cumprir inteiramente como nela se contém.

Serranos-MG, 23 de março de 2021.

Marcelo Azevedo de Carvalho

Prefeito Municipal